

Encargos Sociais

Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

| ENGARGOS SOCIAIS | | Sem desoneração | | Desonerados Lei 12.844 | |
|---|--|-----------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|
| | | HORISTAS (1) | MENSALISTAS (2) | HORISTAS (1) | MENSALISTAS (2) |
| A Encargos sociais básicos | | 37,80% | 37,80% | 17,80% | 17,80% |
| A.1 Previdência Social | | 20,00% | 20,00% | (2% sobre o faturamento) (****) | |
| A.2 FGTS | | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 8,00% |
| A.3 Salário Educação | | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% |
| A.4 Serviço Social da Indústria (SESI) | | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| A.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) | | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| A.6 Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE) | | 0,60% | 0,60% | 0,60% | 0,60% |
| A.7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) | | 0,20% | 0,20% | 0,20% | 0,20% |
| A.8 Seguro contra acidentes do trabalho (INSS) | | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| A.9 Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário | | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| B Encargos sociais que recebem as incidências de "A" | | 39,17% | 8,22% | 39,17% | 8,22% |
| B.1 Repouso semanal e feriados | | 22,50% | | 22,90% | |
| B.2 Auxílio enfermidade (*) | | 0,79% | | 0,79% | |
| B.3 Licença Paternidade (*) | | 0,34% | | 0,34% | |
| B.4 13o Salário | | 10,57% | 8,22% | 10,57% | 8,22% |
| B.6 Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat. | | 4,57% | | 4,57% | |
| C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A" | | 31,63% | 24,59% | 31,63% | 24,59% |
| C.1 Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2+(A2 x B)] (#) | | 4,45% | 3,46% | 4,45% | 3,46% |
| C.2 Férias indenizadas | | 14,06% | 10,93% | 14,06% | 10,93% |
| C.3 Aviso prévio indenizado (*) (**) | | 13,12% | 10,20% | 13,12% | 10,20% |
| D Taxas de reincidências | | 19,63% | 6,86% | 9,18% | 3,18% |
| D.1 Reincidências de "A" sobre "B" (17,8% x 39,17%) | | 14,81% | 3,11% | 6,97% | 1,46% |
| D.2 Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3" (16,8% x 13,12%) | | 4,83% | 3,75% | 2,20% | 1,71% |
| TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS | | 128,23% | 77,47% | 97,78% | 53,79% |
| Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (item A 9) (exclui-se A 9, alterando a reincidência em D.1) | | 126,84% | 76,39% | 96,38% | 52,70% |
| Complementos | | Valores | | Custos Médios | |
| C x NC - S x 0,06 / S - Vale transporte (**) | | 26,59% | 4,50 | (C) Custo médio un da condução | |
| (F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**) | | 5,60% | 88 | (NC) número de refeições | |
| R x NR x 0,95 / S - Refeição (**) | | 20,64% | 3,50 | (F) custo médio café da manhã | |
| SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**) | | 1,23% | 12,00 | (R) custo médio refeição | |
| K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**) | | 1,50% | 22 | (NR) número de refeições | |
| TOTAL COMPLEMENTOS = | | 55,56% | 15,00 | (SG) custo médio cseguro | |
| | | | 18,20 | (K) número médio EPI (****) | |
| | | | 1.214,99 | (S) salário médio nominal | |
| Encargos sociais com complementos | | 183,80% | 133,04% | 153,34% | 109,35% |
| Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci | | 182,41% | 131,95% | 151,95% | 108,27% |

(*) adotado

(**) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:

C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);

S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a

(****) Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da

contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado

(*****) Lei 12.844, que estabelece, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.

Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguranga Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento

para 2% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.

(*****) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

encargos sociais e a percentagem total éa adotada em nossas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos (TCPO), ou seja, é a taxa que incide sobre as horas normais trabalhadas (de produção).

2) As taxas de leis sociais e riscos do trabalho para mensalistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos encargos sociais e a percentagem total adotada incide sobre a folha de pagamento.

3) Após o cálculo dos custos diretos, há necessidade de uma previsão dos custos indiretos envolvidos na administração do negócio da empresa executante. Tal previsão geralmente é feita com base na aplicação da Taxa de BDI-Benefício de Despesas Indiretas.

4) Os itens abaixo não são considerados em nosso estudo de Leis Sociais e devem ser incluídos nas Despesas Indiretas:

PIS/PASEP, pela sua similaridade com um imposto, uma vez que incide sobre as receitas operacionais.

COFINS, uma vez que incide sobre a Receita Bruta.

5) (#) A lei complementar nº 110, de 29.06.2001, instituiu uma contribuição adicional de dez por cento sobre o total dos depósitos do FGTS quando a empresa demite o trabalhador sem justa causa, elevando assim esse percentual para 50%. Porém a lei complementar 13.932 de 11.01.2019 extingue a contribuição complementar de 10% a partir de janeiro de 2020, desta forma o percentual passa a ser de 40%.

Sobre complementos dos encargos:

Condução: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

Refeição: É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva porém cada estado tem sua convenção

Seguro: Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais são os limites da obrigatoriedade.

EPI :A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI – Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual –, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.